



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JUCICLEIDE MOREIRA FERREIRA

**O LIMITE ENTRE O AMOR E A OBSESSÃO:
UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

JUCICLEIDE MOREIRA FERREIRA

**O LIMITE ENTRE O AMOR E A OBSESSÃO:
UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

JUCICLEIDE MOREIRA FERREIRA

**O LIMITE ENTRE O AMOR E A OBSESSÃO:
UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Lia Dias Laranjeira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	9
3	PROBLEMA DE PESQUISA	11
4	HIPÓTESES	11
5	OBJETIVOS	11
5.1	GERAL	11
5.2	ESPECÍFICOS	12
6	REVISÃO DE LITERATURA	12
6.1	CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	12
6.2	RACISMO ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	14
6.3	PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS SOBRE GÊNERO	16
6.4	POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE DA VIOLÊNCIA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE	20
6.5	CONJUNTURAS E CONSEQUÊNCIAS DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO	22
7	METODOLOGIA	24
8	CRONOGRAMA DO PROJETO	26
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, constitui o trabalho de conclusão de curso e objetiva compreender o fenômeno da violência de gênero e suas consequências na vida das mulheres negras, em São Francisco do Conde-BA. Apesar das políticas públicas concebidas a partir de movimentos de resistência protagonizadas pelas mulheres, as narrativas epistemológicas sobre as múltiplas opressões, que atravessam as experiências cotidianas das mulheres negras no Brasil, é alarmante os dados estatísticos sobre o fenômeno de violências femininas, em especial as mulheres negras.

É notável que na atualidade, a maioria das pessoas julgam as mulheres que são acometidas pela violência doméstica e se perguntam o motivo que fazem elas permanecerem na relação. Dessa forma, é muito importante salientar a invisibilidade social que essas vítimas enfrentam diariamente, como mais uma adversidade dentro de todos esses reveses. Mormente, a falta de informações delegadas a população feminina negra e periférica do município, contribui ainda mais para que esse fenômeno social se torne insustentável. As pessoas têm referências sobre as agressões físicas, mas sobre o relacionamento abusivo concretamente e suas inúmeras conjunturas, desconhecem totalmente.

Essa apatia social é preocupante, pois, está colocando a vida de inúmeras mulheres, seus familiares e a comunidade diariamente em risco, visto que a mulher representa a base estrutural de toda uma nação. Diante disso, esse estudo traz uma problemática muito grave e que precisa ser discutida, comentada e ampliada, tanto para o meio acadêmico, político quanto para o social. São muitas vidas femininas perdidas constantemente e inúmeras outras ameaçadas todos os dias, como mostra o levantamento anual feito pela Rede de Observatórios da Segurança, em que “181 mulheres foram mortas na Bahia em 2020, sendo 70 pelo feminicídio” (ALENCAR, 2021). De acordo com os dados estatísticos do monitor da violência divulgados pelo Jornal Nacional, uma mulher é morta a cada duas horas e agredida a cada quatro minutos no Brasil:

Segundo números levantados pelo G1, o portal de notícias da Globo, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada duas horas, uma mulher morre no Brasil vítima de violência. O feminicídio está incluído nessa estatística. Em 2018, os registros de crime de ódio contra o gênero feminino aumentaram 12%. De 4.254 mulheres assassinadas, 1.173 foram por feminicídios, diferindo de 2017 que totalizou 1.047. (NACIONAL, 2019)

Esse problema vive proporções alarmantes e precisamos falar sobre ele. É necessário pensarmos nos avanços da violência, e para além disso, as políticas públicas implementadas e vigoradas de fato. Alertar a população para algo que pode estar acontecendo na casa ao lado ou dentro da própria residência. Portanto, essa pesquisa é de grande ressalva para desvendar de certa forma os olhos e intelecto das pessoas, como também despertar a atenção das autoridades para a luta das mulheres negras franciscanas que estão sobrevivendo a esses infortúnios em silêncio.

Consequentemente, é urgente ponderarmos sobre o processo que as pessoas percorrem para desgastar o relacionamento amoroso ao ponto de confundir o amor com a obsessão desenfreada. Segundo o psicólogo clínico baiano, especialista em terapia de casal e relacionamentos, Almeida (2018), amor significa troca saudável entre duas pessoas, quando uma passa a se comportar de forma a prejudicar o outro, na verdade, há uma confusão de sentimentos, mas com certeza não se trata de amor. Essa sensação de amor exacerbado na verdade é possivelmente o contrário, visto que a partir dessa dominação imposta pelo parceiro (a), o amor deixa de existir e a obsessão assume esse lugar.

Muitas das vezes, essa dependência amorosa é consequência de inexistências afetuosas durante a infância, ou por parte de um ente bastante querido, como os pais por exemplo. Essa necessidade de carinho é transferida para o parceiro (a) de uma forma desatenta no início, até se tornar intensa na iminência de afetar a harmonia e o respeito dentro da relação. De acordo com Almeida (2018):

Esta pessoa pode até continuar dando o nome de amor para o que sente pelo outro, pode até achar que ama demais, mas na verdade já deixou de ser amor no momento que a dependência foi iniciada. As relações emocionais podem se tornar tão intensas a ponto de desenvolvermos e projetarmos nossas fragilidades e expectativas no outro ou na relação com o outro. Por exemplo, a pessoa que teve uma relação frustrada com o pai ou com a mãe, busca projetar ou compensar isso em uma relação afetiva ou até mesmo na criação dos filhos. (ALMEIDA, 2018)

Deste modo, este projeto objetiva também, descrever os traumas da escravidão racial no Brasil, e o impacto deles na reprodução da violência de gênero, sobre as mulheres negras do município entre os anos 2010-2021. Contudo, a dominância masculina observada hoje, é reflexo de muitos processos traumáticos desencadeados durante o período colonial, como a propagação da cultura patriarcal e racismo estrutural a partir do século XV e XVI por exemplo, como ressalta Pinto (2020):

Para entender as raízes do racismo estrutural no Brasil e como essa história começou e se perpetua até os dias de hoje, é necessário voltar ao início século XVI ao século XIX, onde foi instituída a escravidão, marcada principalmente pela exploração forçada da mão de obra de negros e negras trazidos do continente africano e transformados em escravos pelos europeus colonizadores no Brasil. Os três séculos de escravidão no Brasil, deixaram marcas profundas de desigualdade em todas as estruturas de poder no Brasil. Disparidade que deixou, orienta e conduz, até os dias de hoje, as relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país. (PINTO, 2020)

Nesse contexto, é necessário salientar que o município foi marcado pela colonização desde o seu fundamento pelo Conde de Linhares em 1618. Ao longo de sua história, permanece viva a luta dos índios residentes (Tupinambás e Caetés Negros), às margens dos rios Paraguaçu e Jaguaripe, com os colonizadores portugueses pela posse das terras, onde os portugueses saíram vencedores e os indígenas devastados (IBGE, 2017).

Desse modo, a influência portuguesa no município foi extensa, desde os monumentos históricos imponentes, até a cultura machista e patriarcal empregada na educação dos munícipes. Esse predomínio é um dos principais atenuantes que condicionam a violência de gênero recorrente no município e no país de modo geral. Assim, há muitos relatos de pessoas que presenciaram, ou que souberam de maus tratos e atitudes grotescas na relação de um casal na cidade, inclusive meu próprio testemunho dessas violências e opressões, em várias ocasiões. A atuação de poder masculino, sobre a companheira presenciada pelos munícipes é corriqueira.

Começa com proibições de amizades masculinas, baseadas na ideia ultrapassada de que a mulher sendo dele, não é para estar de conversa com outro homem. Censura quanto à roupa que ela irá vestir, xingamentos públicos e até no extremo da atuação, a agressão física. É imensamente inescusável pensarmos que o processo da violência doméstica é extenso, silencioso e se inicia com pequenos detalhes. A companheira inicialmente não irá relacionar essas mudanças (quase imperceptíveis), de humor, a irritabilidade com a ausência dela ou o aumento no tom da voz por contrariá-lo, com a agressão propriamente dita. Para ela serão comportamentos normais que todo homem tem, e não o início de um ciclo opressor e dominante.

Dessa forma, é necessário pensarmos essa concepção de masculinidade engessada pela sociedade racista e patriarcal. Segundo Gonzaga (2020), a violência quando não mata o homem negro, deixa morrer, seja fisicamente, ou subjetivamente, a partir da construção violenta de masculinidade e da estrutura racista. O homem para ser configurado com esse status, precisa ser o macho alfa, sendo negro então a pressão é sentida duplamente. Isto é, o único provedor da família, desprovido de qualquer emoção. Como relata Gonzaga (2020):

A construção afetiva do homem negro está ligada muitas vezes a concretude das relações e a aquisição de bens materiais. As tantas violências do Estado sobre os nossos corpos nos orienta a um endurecimento emocional, dificuldade de falar sobre si, de escutar outras pessoas, de tocar e permitir ser tocado. Quantos homens negros vocês conhecem com esse perfil? Demonstrar emoções não é coisa de homem, assim somos ensinados[...] Tudo o que foge à ideia hegemônica do que é ser homem vem nos condicionando desde pequenos, desde a ideia de que não podemos chorar até a de que devemos resolver os problemas sozinhos, calado. (GONZAGA, 2020)

A presença de atitudes abusivas na rua e até mesmo no próprio âmbito familiar muitas vezes não são classificadas e muito menos perceptíveis como abuso. A aparição desses casos é evidente, no entanto, ainda há uma grande invisibilidade nesse quesito do abuso perante os olhos da população franciscana, boa parte das pessoas nem sabe o significado de uma relação abusiva e pior ainda, desconhece sua existência. Todavia, apesar de todos esses entraves, é notória a luta feminina do município por melhores condições de vida. Seja se deslocando para ingressar numa universidade em outra cidade ou se alfabetizando depois de uma vida inteira dedicada aos filhos e ao marido.

A mulher negra sempre lutou pela sua autonomia na era colonial. Em exemplo pode ser citada três mulheres de séculos diferentes, que resistiram a tirania escravista e racista de suas épocas. São elas: Maria Felipa de Oliveira ¹, Tereza de Benguela² e Maria Firmina dos Reis³. A resistência se estendia dos quilombos, até os trabalhos abastados e de pouco prestígio. Ela não aceitava ser vista como objeto sexual e reprodutivo, e hoje não é diferente, a mulher continua em busca do seu espaço, reivindica o lugar de fala que um dia lhe foi sonogado desde a década de 30, século XIV, se perdurando até o XIX. Assim, busca incessantemente sua independência, principalmente a financeira e isso na maioria das vezes incomoda o parceiro abusador que quer vê-la submissa aos seus caprichos e completamente rendida as suas vontades, sem chance de escolha.

Os fatores que condicionam a dependência da mulher negra nos relacionamentos não são de fato desconhecidos, a sociedade em que vivemos é propagada e regida por eles. Refiro-me ao racismo estrutural, machismo e a cultura patriarcal, que vieram transcorrendo a passos lentos durante décadas posteriores ao período colonial e ao escravismo racial, e hoje atingiram níveis indizíveis de atuação.

O companheiro agressor quer vê-la longe da família para que fique exposta, sem apoio, sem trabalho, renda, e se sentindo culpada pelas ações agressivas que ele tiver, ou seja,

¹ Marisqueira baiana que lutou pela independência da Bahia.

² Líder Quilombola por mais de duas décadas.

³ Principal escritora negra do Brasil no século XIX.

totalmente à mercê de seus feitos pávidos, que causam um exorbitante estrago na vida das mesmas. Segundo Carvalho (2010), mestra brasileira em Psicologia Forense e da Transgressão, relata que dentre as muitas consequências psicoemocionais de vítimas de relacionamentos abusivos encontra-se isolamento social, baixa autoestima e depressão.

Diante disso, torna-se importante investigar como os casos de violência contra a mulher negra em São Francisco do Conde não constituem atos isolados, mas fazem parte de um processo de relacionamentos abusivos vivenciados por elas. Essa violência é real, os variados boletins de ocorrência reafirmam isso, configurando uma das muitas consequências deixadas pelo racismo sistêmico, pela colonização e a cultura patriarcal iniciados no século XV.

2 JUSTIFICATIVA

Esse projeto de pesquisa foi pensado com o intuito de compreender os fenômenos sociais que explicam a violência de gênero na cidade de São Francisco do Conde, e para além disso, descortinar os olhos da população franciscana, em especial das mulheres negras da cidade. Mostrar a todas, principalmente aquelas que estão faceando este problema, o fato de que elas não estão sozinhas, pois existem mecanismos políticos, apoios nacionais, assim como legados da ancestralidade negro diaspóricas para restaurar a integridade feminina dentro deste sistema hegemônico, estruturalmente racista, patriarcal e sua política de silenciamento e exclusão.

A abordagem dessa temática a priori não se elucida apenas num sentido social, mas sim num contexto íntimo e pessoal. Como mulher negra, feminista e residente do município, presenciar essas opressões e observar inúmeras mulheres sendo humilhadas e abastadas por seus parceiros é muito revoltante. Esse fenômeno não é abstrato como a maioria dos munícipes acredita, é real, e infelizmente familiares e pessoas queridas já foram acometidas com essa violência.

Nesse sentido, trazer essa temática tão delicada ao universo acadêmico é de grande importância, porque não se configura apenas como uma apelação social para que a população entenda, visualize o problema existente e se conscientizem, mas também pela representatividade e respeito a essas mulheres oprimidas, que vivem num emaranhado opressor dentro de suas residências. Assim, por representar o público feminino do município nesse estudo, posso discorrer com requinte de detalhes o assédio desenfreado que sofremos.

De acordo com as vestes (curtas essencialmente), que estivermos vestindo ou a localização em que estivermos (ruas desertas), o assédio evoluirá de comentários grotescos e ofensivos, até o toque indesejado e forçado. Essas ações são uma das inúmeras decorrências da cultura machista, enraizada na cabeça e nas práticas de muitos indivíduos da cidade. Essa relação de dominação acontece, pelo sistema de patriarcado ocidental, capitalismo e racismo estrutural. Desde a implementação do patriarcado no século XV e a vigência da escravidão racial, as mulheres negras vem sendo invisibilizadas e rechaçadas pela sociedade.

A mulher negra passou a ser relacionada pelo homem branco durante a colonização, apenas por seu corpo e nada mais. O racismo reduziu a experiência ontológica das mulheres negras a objetificação, hipersexualização, zoomorfização e mão de obra nos trabalhos braçais, em diversas instâncias. Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes e produções. De modo geral, a mulher negra não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela fosse o outro do homem, aquela que não é homem (RIBEIRO, 2017, p. 22). Não podiam expressar suas opiniões, tampouco trabalhar. Suas obrigações eram pautadas no ceio familiar, materno e sexual, tornando-se uma espécie de sombra dentro do casamento. Desde muito tempo não podia ser ela mesma e sim o que o marido desejasse. Com a escravidão, a colonização e a vigência da cultura machista no Brasil desde o século XVI, as mulheres negras passaram a viver no nível mais ínfimo da humilhação e submissão.

Subsequentemente, de acordo com Gleason (1993) e Carvalho (2010), mulheres vítimas de violência doméstica podem apresentar transtorno de stress pós-traumático, bem como comportamentos compulsivos que visam minimizar a visão negativa de si mesmas e a ansiedade, autoestima baixa que pode desencadear outros sintomas e o desenvolvimento de agorafobia é muito comum em decorrência de uma tentativa constante de defender-se do agressor.

Dessa forma, o tema dessa pesquisa nos interpela a assumir uma postura política urgente, no sentido de compreender e pensar os mecanismos de superação deste fenômeno secular. Pois o universo feminino infelizmente está sendo devastado de forma cruel por séculos. Nesse contexto, é necessário contextualizarmos sobre a base estrutural do município de São Francisco do Conde e do Brasil na era colonial, para que possamos entender o nível de influência perpassado ao longo dos anos, pelos fenômenos sociais do racismo, patriarcado e suas variadas conjunturas que ainda regem a sociedade brasileira e afetam intrinsecamente as mulheres negras.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Como os processos históricos (colonização e o racismo estrutural), condicionam o fenômeno da violência de gênero e suas consequências nas relações afetivas das mulheres negras em São Francisco do Conde-BA?

4 HIPÓTESES

O machismo, racismo estrutural, cultura patriarcal e a dominação masculina são causas pioneiras para o início do relacionamento abusivo. Desde a implementação do patriarcado no primeiro século da colonização portuguesa e o avanço do massacre racial com a escravidão no século XV, a mulher deixou de ser importante praticamente em todos os setores que envolvesse a sua autonomia e inteligência. Para a sociedade escrota da época, ela passou a ser unicamente a sombra do marido quando “senhora” de boa família e “brinquedo sexual” dos senhores de engenho quando escrava e negra.

O racismo estrutural inserido antes, se perdurou silenciosamente até hoje e vem regendo a forma que muitos homens estão se comportando com as mulheres negras, pois as mulheres mais atingidas com a violência e humilhação são elas, seus corpos são vistos como meros objetos de satisfação sexual e deleite masculino, ao contrário das “mulheres brancas que ainda merecem um pouco de respeito”, da mesma forma que acontecia no período escravista, o branco era superior, digno e o negro totalmente inferior, subalterno e de “sangue impuro”.

Nesse sentido, visto que a população de São Francisco do Conde é interiorizada, permanecem costumes arcaicos na mente diminuta de muitos homens e algumas matriarcas, no qual a mulher deve continuar sendo subalterna a todos os caprichos do homem.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Compreender o fenômeno da violência de gênero e os fatores que condicionam a (re) existência das mulheres negras, em São Francisco do Conde-BA, entre 2010-2021.

5.2 ESPECÍFICOS

- Explicar a relação do racismo estrutural e o sistema de patriarcado com os fenômenos de opressões vividas pelas mulheres negras;
- Descrever os traumas do processo de escravidão vividas pelo povo negro, no Brasil e seu impacto na reprodução da violência feminina;
- Definir o racismo estrutural no Brasil e seu impacto no processo de objetificação e zoomorfização das mulheres pretas;
- Explicitar as consequências sociais e físicas do relacionamento abusivo nas mulheres franciscanas.
- Analisar as políticas públicas e seus alcances no enfrentamento do fenômeno da violência de gênero em São Francisco do Conde.

6 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura desse projeto será constituída por cinco seções. A primeira será uma pequena introdução sobre a contextualização histórica e cultural do município, dando ênfase as influências portuguesas no processo formativo e social da cidade. Já as seguintes seções serão pautadas nos fenômenos sociais como o racismo estrutural, cultura patriarcal, machismo, escravidão, que condicionam a violência de gênero dentro do município e no país como um todo.

6.1 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Para a compreensão localizada do objeto de estudo, é de grande valia discorrer sobre a contextualização histórica e cultural do município, para entendermos o nível de influência sobreposto pela colonização. Segundo o portal histórico do município, a cidade de São Francisco do Conde foi realmente reconhecida no ano de 1698, pois, sua fundação se deu em 1618, depois que o Conde de Linhares delegou a ordem de uma construção grandiosa em um monte. Com a fundação antiga, São Francisco do Conde é o terceiro município do Recôncavo baiano e abarca muitos patrimônios da época colonial. Os patrimônios localizados aqui são uma variedade de igrejas, engenhos e sobrados, que foram construídos durante a

colonização de Portugal no século XVI, deixando bem viva as lembranças assombrosas da época.

Durante o período colonial escravista, a renda principal do município eram as plantações e cultivo de cana-de-açúcar nos engenhos. Todavia, hoje a plantação de cana se findou para dar lugar a extração e refino de petróleo, que movimenta não só a economia local, mas sim da região como um todo. O município é interiorizado, a população é pequena, com cerca de 40 mil habitantes e a defluência portuguesa não se corroborou meramente nas construções civis, mas nos munícipes também, como ressalta Dias (2015):

O Município de São Francisco do Conde, situado às margens da Baía de Todos os Santos, surgiu a partir da construção do Engenho Real de Sergipe do Conde, por Mem de Sá, em 1563; se caracteriza como referência no patrimônio cultural do Estado da Bahia, pois possui alguns marcos que o destacam na história baiana: a produção e exportação da cana de açúcar dos séculos XVI ao XIX; abriga importante acervo patrimonial do período colonial; possui como principal atividade econômica, a partir do século XX, a extração, o refino e o processamento de petróleo e reúne uma das maiores diversidades de manifestações da cultura popular afro-brasileira do Recôncavo da Bahia (DIAS, 2015, p.23).

As mulheres negras franciscanas sofreram grandes influências do período colonial escravista. Fosse no trabalho braçal cortando cana nos canaviais, ou se casando por conveniência com homens mais velhos. Minha avó paterna sempre relatava que não tinha voz ativa dentro de casa, o marido dizia uma única vez e estava encerrado o assunto, mesmo que ela almejasse continuar a conversa. O almoço deveria estar servido com antecedência e a água do banho prontamente aquecida quando ele retornasse do trabalho para que ela e os filhos não fossem agredidos. As infidelidades eram constantes e os filhos adulterinos (fora do casamento), também. Mas ela como esposa obediente não podia reclamar, seu dever era aceitar e cumprir o papel de boa companheira submissa.

Destarte, por ser uma região que abrigou engenhos de escravizados e comportou grande influência da cultura portuguesa na construção civil do município, houve enormes reflexos na vida dos munícipes masculinos que receberam uma educação baseada no machismo, escassez de afeto e violência física. Por ser uma cidade pequena, muitos costumes resistiram ao tempo, nas atitudes de muitos homens residentes. Tanto a mulher como o homem negro são vítimas do racismo estrutural e patriarcado impostos durante a escravidão.

6.2 RACISMO ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Por conseguinte, é de grande relevância elencar o racismo e as desigualdades existentes que a sociedade brasileira insiste em negar, e infelizmente são consequências taciturnas deixadas pelo patriarcado ocidental, capitalismo e racismo estrutural. Segundo Nascimento (1980), intelectual e militante brasileiro da área de direitos civis e humanos das populações negras, relata em sua obra “O Quilombismo” em 1980, que a história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos.

Ainda de acordo com o autor, somos a maior nação negra fora do continente africano, com mais de 70 milhões de descendentes dos ex-escravizados. Segundo Moreno (2016), através do censo de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia é o estado com maior ascendência negra e Salvador, a capital com maior ancestralidade africana do país, sendo considerada como a cidade mais negra fora do continente africano. No entanto, isso parece não importar já que quanto maior é a população, maior o descaso, preconceito, racismo, desigualdade de gênero e abnegação social sofridos.

Nascimento (1980), ressalta também que, a elite criou a história do Brasil para que não nos encaixássemos dentro dela, para que não fôssemos acolhidos e representados por ela, pelo contrário, ela foi estritamente construída para que definhássemos pouco a pouco, fosse pelas mãos dos militares ou pelo sistema excludente, racista, preconceituoso, machista e desigual. Um sistema que nos aprisionam desde muito cedo com a escassez dos requisitos básicos para uma sobrevivência digna, que é o direito à vida e liberdade, de acordo com a Constituição federal de 1988.

Segundo o intelectual Silvio Almeida (2018), filósofo negro e brasileiro, em sua obra “O que é racismo estrutural? ele define o racismo estrutural como uma desigualdade que é derivada consequentemente da mesma estrutura social que rege o mundo e vai muito além do corpo social, ele acomete o setor político e econômico também:

O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico, é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Em resumo, o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2018).

O racismo estrutural no Brasil é um grande perpetrador para a desigualdade e violência de gênero deixadas pelo período colonial e escravista. Desde que o patriarcado foi implantado no Brasil no primeiro século da colonização portuguesa, as mulheres em sua totalidade passaram a viver enclausuradas em um mundo composto apenas pelas obrigações domésticas, maternas e sexuais quando eram senhoras brancas. No entanto, as escravas e negras, sofriam ainda mais, pois, o seu corpo em momento algum foi respeitado, longe disso, ele era violado incessantemente pelos senhores de engenho e subordinados da casa grande.

A mulher não era coberta por nenhuma lei que assegurasse sua integridade física e moral. Assim sendo, é muito importante ressaltar que o Brasil demorou bastante tempo para reconhecer os direitos das mulheres e criar leis que as assegurassem e reconhecessem a igualdade entre os gêneros. Segundo Silva (2016), o Brasil só reconheceu o direito da mulher ao voto e a ser votada em 1932 no governo de Getúlio Vargas, através do novo Código Eleitoral, Decreto nº21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Esse retardo em reconhecer as mulheres contribuiu ainda mais para encorpar o machismo que já era exercido de forma transcendental sobre todo o país.

Uma sociedade dominada por senhores de engenhos e homens de altos cargos administrativos da colônia, que não considerava a opinião feminina por ser considerada inferior em todos os sentidos, não obtinha nenhuma intenção de introduzir a mulher no seu círculo social, muito menos profissional. O único lugar que lhe era permitido opinar e assumir a liderança era nos assuntos da casa e dos filhos. Assim, quanto mais envolvida com os afazeres domésticos, melhor seria. Infelizmente, todo esse jugo que as mulheres carregaram, não foi abandonado quando a escravidão foi abolida e o período colonial findado. O patriarcado e o machismo vieram caminhando ao longo dos anos, e com isso esse fardo ainda jaz sobre as mulheres em sua maioria.

O trauma da escravidão nas pessoas negras é um dos fatores cruciais que justificam a violência afetiva. As feridas adquiridas durante a escravidão racial não foram capazes de cicatrizar sozinhas. A população negra como um todo foi atingida de formas incalculáveis, o complexo de inferioridade foi atribuído gratuitamente pelo simples fato da diferenciação na cor da pele. Esses complexos foram transpassados através dos séculos até os dias atuais, e o fardo recai intensificado sobre as mulheres negras, como enfatiza Da Silva (2017):

Essa história do negro no Brasil também poderia ser contada por meio de uma história do sofrimento humano, nosso país foi edificado sobre as bases da desigualdade, relegando à população negra sempre um espaço subalterno, o lugar

das classes sociais mais carentes e de condições mais precárias, ocupando espaços subalternos desde as senzalas aos quatinhos de empregadas (DA SILVA, 2017).

O pensamento de que a mulher é um sexo frágil, inferior e submisso, implantado pelo patriarcado ainda permeia com fulgor o intelecto social da maioria, e somando isso ao fato de que o racismo estrutural também coloca os negros numa posição completamente excludente, é notória que a mulher não possui uma vida serena, principalmente sendo negra. Dessa forma, uma sociedade que ainda é dominada por homens, a mulher negra vive aturdida, os traumas psicológicos da escravidão recaem deliberadamente nelas, que precisam se reafirmar todos os dias para não serem pisoteadas pelos costumes arcaicos e violentos herdados da época ulterior.

Dessarte, quem mais está sendo acometida com a violência doméstica é a mulher negra, que é vista pela sociedade como inferior, marginalizada apenas por ser pobre e residir na periferia. De fato, o negro no Brasil é vulnerável, afinal, o racismo estrutural nos colocou nessa posição, onde os melhores cargos profissionais na grande maioria das vezes são destinados aos brancos, por mais qualificado que o negro seja. Se refletirmos bem a questão, é em momentos como esses que o racismo estrutural é escancarado sem reservas, mas ainda assim, pessoas sustentam a ideia hipócrita de que no Brasil não existe racismo, preconceito e muito menos desigualdades.

Toda essa estrutura continua escravizando os negros como um todo e as mulheres em particular, pois elas precisam lutar todos os dias contra o sistema machista, escroto e totalmente influenciado pela cultura patriarcal de séculos atrás que permeia o Brasil. Mesmo com a implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) que demorou muito tempo para ser aprovada a propósito, as mulheres continuam sofrendo, sendo agredidas, violentadas, humilhadas e cruelmente assassinadas por seus exs ou atuais parceiros.

6.3 PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS SOBRE GÊNERO

Segundo Scavone (2008, p. 174), professora brasileira especializada em sociologia das relações de gênero, feminismos, sexualidades e maternidade, ela afirma que com maior engajamento crítico e político há o processo de construção de uma sociologia feminista que atenta para as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social, pois pressupõe que teoria e ação política se retroalimentam. Essa sociologia encaminha-se para mostrar que apesar dos avanços e atuações femininas no âmbito profissional, a desigualdade entre homens e mulheres é

gigantesca. As práticas sociais relatadas são consequências dos valores marcados pela cultura patriarcal vigorada no período colonial e que estão bem presentes até hoje, influenciando na realização social tanto do universo masculino, como do feminino.

Deste modo, se voltarmos alguns anos e analisarmos a história que permeou a vida das mulheres (brancas e negras), na sociedade colonial, racista e patriarcal, veremos quão massacradas elas foram. Porém as mulheres negras sofrem duas vezes mais que as brancas. A filósofa negra e brasileira Djamila Ribeiro traz em seu livro *O que é: lugar de fala?*, uma rica discussão entre a filósofa francesa Simone de Beauvoir e a psicóloga portuguesa Grada Kilomba, sobre esse lugar inferior que a mulher negra foi imposta. Se, para Simone de Beauvoir, a mulher é o outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba, a mulher negra é o outro do outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade (RIBEIRO, 2017, p. 23).

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997) que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres”. (MIRZA, 1997:4). Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012, p. 56).

Bem antes do século XX, a ideia do corpo já era bastante discutida, mas isso não se justifica apenas pelo corpo físico em si, e sim como esse conjunto corporal é representado e visto na sociedade. O corpo estimado como perfeito normalmente era o branco, muito antes da escravidão racial, posteriormente a ela então, apenas se intensificou. Já os corpos negros eram vistos como a exceção, o diferente, e por conta disso essa diferença é vista como uma disformia. Segundo Oyewumi (2002, p. 2), quem é diferente é visto como geneticamente inferior e isso, por sua vez é usado para explicar sua posição social desfavorecida. Dessa forma, a inferioridade é justificada com o pressuposto de que é biológica. Ainda segundo Oyewumi (2002, p. 3):

A razão pela qual o corpo tem tanta presença no Ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite para diferenciar. Diferentes abordagens para compreender a realidade, então, sugerem diferenças epistemológicas entre as sociedades. (OYEWUMI, 2002, p. 3)

Á vista disso, boa parte do público masculino (negros e brancos), marcados fortemente pela cultura patriarcal, ainda vislumbra a mulher negra como um simples corpo inferiorizado e subserviente. Isso implica indubitavelmente nas relações amorosas das mesmas. Seus parceiros não estão em busca de uma companheira para compartilhar a vida, mas sim um corpo que seja desprovido de intelecto e sirva de aconchego para o seu bel prazer sexual.

Nesse contexto, unicamente por ter a genitália feminina foi o grande motivo para colocá-las em posições inferiores e o tratamento recebido pelo sexo oposto na maioria das vezes ser escroto, deixando-as à mercê do desejo masculino, configurando a violência de gênero como elucidada Familiar (2020):

Durante séculos, perdurou a imagem da mulher em condições equivalentes à de escrava, numa época em que ser livre significava, basicamente, ser homem. As funções primordiais femininas eram a reprodução, a amamentação e a criação dos filhos. Analisando o período medieval, tem-se que o tratamento para com as mulheres não se fez de outro modo, pois elas eram governadas pelo simples fato de serem mulheres. A morte, o trabalho e o sofrimento inseriram-se no mundo em decorrência da existência delas, e o controle sobre elas, bem como os castigos recebidos, eram atribuições dos homens. (FAMILIAR, 2020)

Ainda segundo Familiar (2020), um marco no que diz respeito à história das mulheres durante a Idade Média foi a perseguição a elas, mais conhecida como “caça às bruxas”. Foi um genocídio praticado contra o sexo feminino, na Europa e nas Américas, em que muitas mulheres sofreram agressões e até mesmo perderam suas vidas por serem consideradas feiticeiras. É extremamente importante acentuar que essa ideia de feiticeiras e bruxas não se sustentava de fato por algumas dessas mulheres possuir poderes mágicos, realizar feitiços ou voar numa vassoura, como relatado nos desenhos animados, mas sim por ser contra a submissão imposta:

Na verdade, as “bruxas” eram mulheres que agiam contra o “tradicional” e questionavam o sistema. Por isso, era preciso achar um motivo para que a sociedade se voltasse contra elas, a fim de que fossem queimadas – basicamente – por serem do sexo feminino. Jacques Sprenger, inquisitor, publicou no final do século XV (15) um “manual da caça às bruxas”, no qual fazia referência aos textos sagrados que mencionavam a criação da mulher, justificando sua inferioridade, em decorrência de a primeira delas ter se formado de uma costela defeituosa de adão, sendo, por tal motivo, um ser vivo imperfeito. (FAMILIAR, 2020)

Ulteriormente, Segnini (2010) e D’Ávila (2016) confirmam que há muito tempo existe grande diferença no papel social (sexual, intelectual, gênero), do homem e mulher perante a sociedade atual. Essas dissemelhanças podem ser observadas tanto no mercado de

trabalho quando eles executam uma função igual e a mulher recebe o salário numa proporção menor apenas pelo sexo e por ser considerada inferior se comparada ao homem, quanto referente a questão amorosa e de valores morais.

A diferenciação a qual os autores se referem, se inicia na infância com a separação e exclusividade de brinquedos, onde só os garotos podem brincar com carros e garotas com bonecas, como também na vida amorosa, porque aos olhos da sociedade atual, de jeito nenhum uma menina poderá trair seu companheiro, já que se o fizer será considerada como uma mulher sem princípios e que não se dá ao “devido respeito”. Por sua vez, o rapaz poderá cometer o adultério quantas vezes achar necessário, afinal é do “instinto natural do homem obter várias mulheres desde que as sustente”. Vale ressaltar que todo esse discurso é mantido com a tradicional frase “A carne é fraca” para todos os destemperos amorosos condizentes ao sexo masculino.

Contanto, é importante salientar que o adultério é uma prática negativa e vil em qualquer sociedade e circunstância, independente de quem a cometa, seja o homem ou a mulher. Nesse cenário atual em que a sociedade é machista e dominada por homens, a traição e o adultério masculino são relativizados e na maioria das vezes positivados, demonstrando mais uma vez como a cultura patriarcal e suas conjunturas estão enraizadas em boa parte da população brasileira.

A mulher é questionada pela sociedade na maioria das vezes, quando decide seguir sua vida sem um parceiro porque se sente bem assim ou conseqüentemente quando ele a machuca e desrespeita. Sendo assim, é extremamente importante pensar que essa violência atribuída gratuitamente ao sexo feminino pode ser caracterizada como mais uma das conseqüências que infelizmente foram herdadas do período colonial e patriarcado, ao qual subalterniza a mulher de todos os jeitos possíveis e a coloca num lugar ínfimo como verdade absoluta. Assim, segundo CFEMEA (2021):

O patriarcado como sistema de dominação também se utiliza da violência sexista para sujeitar outra maioria populacional, nós mulheres. O assassinato de nós, mulheres, é cotidiano de nossa existência. Ainda mais se formos negras, cruzamento clássico do racismo patriarcal em nossas existências. (CFEMEA, 2021)

Essa mesma população que menospreza e insulta a mulher adúltera, e a que mantém uma relação harmoniosa com amigos ao invés de amigas, é a que exalta o homem com fervor por ser “pegador” e colecionar inúmeras infidelidades, mesmo que isso signifique desrespeitar sua parceira e os próprios princípios. Dessa forma, muitos perpetradores dessas

ações se baseiam em ditos populares e religiosos para justificar suas atitudes hipócritas e dissimuladas.

Esse discurso pautado nas inscrições bíblicas ressalva a proporção caótica que o patriarcado atingiu no Brasil, pois a infidelidade não é uma conduta admirável, pelo contrário, reflete uma falta de respeito e caráter sem precedentes, mas ainda assim, há homens com mais de uma família ao mesmo tempo e muitas amantes. Mas, esse mesmo homem abomina ver a esposa conversando com seus amigos em sua ausência, deixando bem claro o machismo estrutural e a desigualdade de gêneros vigentes, em que ele pode tudo e ela nada. Entretanto, é de vasta eloquência acentuar que a mulher não precisa de maneira alguma se igualar ao baixo nível moral de um adúltero para afirmar seus direitos morais e íntegros.

A luta feminina foi e ainda continua sendo intensa. Prova disso são as inúmeras leis e serviços que foram criados para assegurar o mínimo de dignidade e subsistência. A mulher de hoje batalha de todas as formas para conseguir a liberdade que um dia lhe foi tirada quando o patriarcado foi vigorado no século XV durante a colonização portuguesa e escravidão racial. O machismo vigente hoje é o reflexo do que foi antes, pois, ele está mascarado na ideia de que há a igualdade de gênero, quando é de conhecimento geral que não há. Precisamos pular duas vezes mais para alcançar os objetivos, sendo negra então é ainda mais trabalhoso e não deveria ser assim já que a maioria da população brasileira é negra e composta por mulheres.

6.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE DA VIOLÊNCIA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

As mudanças judiciais ocorreram a partir de 1988 e até então, o avanço vem sendo constante. Segundo Melo (2013), em 1985, foi criada a primeira delegacia da mulher. Quase dez anos depois, a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, aumentou o rigor nas punições para violência doméstica ou familiar. Hoje, agressores de mulheres podem ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada. Além disso, a lei prevê medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e dos filhos.

Dessarte, em grande destaque está a Lei Maria da Penha (11.340/2006), a Lei Carolina Dieckmann⁴ (12.737/2012), Lei do Minuto Seguinte⁵ (12.845/2013), Lei Joana Maranhão⁶ (12.650/2015), e por fim, Lei do Feminicídio⁷ (13.104/2015). Existem muitas outras redes de apoio à mulher pelo país, incluindo secretarias especializadas no atendimento e prevenção a qualquer tipo de violência. Entre essas redes, pode ser citada a Casa da Mulher Brasileira (não está disponível em todas as capitais), nesse ambiente é ofertado um atendimento praticamente completo de acolhimento, iniciando com assistência psicológica e finalizando com o Ministério público e Defensoria pública.

O município de São Francisco do Conde inaugurou a pouco tempo o Centro de Referência em Atendimento à Mulher Maria Filipa de Oliveira (CRAM), um centro que oferece assistência física e psicológica as sofredoras. A cidade também conta com a Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Juventude (SDHCJ), que faculta um suporte essencial na proteção e luta das mulheres franciscanas.

Diante disso, a progressão no decorrer dos anos é indubitável, porém, os desafios ainda são bem incômodos. As mulheres (inclusive as franciscanas), enfrentam grandes dificuldades quando se dirigem as delegacias locais, o atendimento é defasado e esse descaso só reitera mais um ponto positivo para o agressor, pois muitas das vezes, as vítimas se sentem constrangidas com a abordagem e desistem de registrar a ocorrência. Á vista disso, esses dados reverberam um enorme agravante, as mulheres estão sendo massacradas numa velocidade impressionante.

De acordo com Mendes et al (2017), o Brasil está entre os 10 países em escala global que mais assassinam mulheres, com uma proporção de 4,4 homicídios em cada 100 mil mulheres. Inclusive a região Nordeste e em especial o Estado da Bahia que está ocupando a terceira posição no ranking nacional, com 14,15% de registros com casos de violência doméstica, possuindo, dentre as ocorrências, a violência física com maior prevalência e os companheiros/maridos como principais perpetradores. No município, o número de incidentes registrados tornou-se preocupante, 67 registros de boletins de ocorrência de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no NUDEAM.

⁴ Estabeleceu crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.

⁵ Propicia atendimento emergente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), às vítimas de violência sexual, provendo exames preventivos completos, além de atendimento psicológico.

⁶ Transmudou os prazos da prescrição dos crimes de abusos sexuais em crianças e adolescentes. com a mudança, a prescrição passou a contar após a vítima completar 18 anos, e a data limite para denúncia aumentou para 20 anos.

⁷ Pressagia o feminicídio como crime de homicídio por motivos únicos da vítima ser do sexo feminino.

A continuidade dessa violência mesmo depois da queixa registrada se deve ao decorrer do processo que é desgastante, nada funciona com rapidez e seriedade como a situação demanda, a questão é tão crítica e absurda que a mulher/vítima se esconde e o agressor permanece nas ruas, planejando a forma mais vil e hedionda para assassiná-la, enquanto o processo estagna dentro de uma gaveta por falta de provas, testemunhas e o flagrante, mesmo que a vítima esteja com o corpo coberto de hematomas comprovado pelo exame de corpo delito, o agressor é posto em liberdade e o máximo que a mulher conseguirá será uma medida protetiva de 500 metros distanciais para que o ofensor não se aproxime da mesma.

Muitas delegacias não estão aptas para receber as mulheres franciscanas vítimas de violência. A maioria delas não consegue registrar o boletim de ocorrência porque esse tipo de violência precisa ser registrado numa unidade especializada, que em sua totalidade está a muitos quilômetros de distância e a insistência para que a mesma desista de levar a queixa adiante é grande. Levando em conta tudo isso, é impossível se sentir segura num país em que as próprias autoridades zombam de uma situação tão delicada e importante quanto essa.

As leis estão sendo implementadas para ajudar a mulher nesse processo obscuro, mas o cumprimento efetivo delas na prática é falho. Quando dispensam a atenção necessária para o caso, covardemente ela já foi morta e será apenas mais um número para compor as estatísticas.

6.5 CONJUNTURAS E CONSEQUÊNCIAS DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

Por conseguinte, é notório que a discussão sobre o relacionamento abusivo está muito atualizada e recorrente na sociedade atual, que a cada vez mais vem se configurando como violenta, machista, racista e autoritária. No entanto, a maioria das pessoas não faz ideia do que de fato é uma relação abusiva. Segundo Barretto (2015), relação abusiva significa o excesso de poder e controle culminando no sentimento de posse, na objetividade do outro. Suas características são as mais diversas, tais como: ciúme e possessividade exagerados; controle sob as decisões e ações do parceiro; querer isolar o parceiro até mesmo do convívio com amigos e familiares; ser violento verbalmente e/ou fisicamente; e pressionar ou obrigar o parceiro a ter relações sexuais (BARRETTO, 2015).

Os primeiros sinais, segundo a autora Barretto, aparecem silenciosamente. A parceira não consegue identificar logo de imediato o ciúme exagerado quando ele ordenar que a mesma troque a roupa porque está “curta”, ou aperte o seu braço até deixar marca

simplesmente por ter cumprimentado um amigo na rua. Para a mulher em relacionamento abusivo, essas atitudes serão normais, afinal, nenhum homem quer ver a “sua mulher” dando espaço para outro homem. Inconscientemente, essa mulher justificará todos os atos agressivos e rudes que seu companheiro fizer por medo de perdê-lo ou de contrariá-lo.

A violência existe, e cada vez mais se intensifica. Porém, a opressão faz com que ela seja esquecida. Mesmo com a implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), que visa a prevenção e combate a qualquer tipo de violência contra a mulher no ambiente doméstico ou familiar, os índices de violência cresceram exponencialmente nos últimos 4 anos. Segundo uma pesquisa feita pelo Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos (MMFDH), no ano de 2018 mais de 1.000 mulheres (em sua maioria negras), foram assassinadas pelos seus atuais ou ex-companheiros, equivalendo a 88,8%. Já em 2019, a Central de Atendimento à mulher (Ligue 180), obteve cerca de 6,5% de denúncias sobre agressões contra a mulher, de um total de 1,3 milhão de atendimentos telefônicos.

Posteriormente, com a pandemia do coronavírus no ano de 2020/2021, em que as mulheres tiveram que passar mais tempo ao lado dos agressores por conta do isolamento social, os números voltaram a subir, chegando a uma escala superior de 14,1% no número de denúncias, do que o ano anterior no mesmo período, o que configura uma falta de rigor na aplicação das penas e afrouxamento no cumprimento da lei por parte das autoridades vigentes.

A exiguidade estrutural para receber essas ocorrências diretamente no município é um dos amplos obstáculos na concretização dessa queixa. O município por abarcar uma quantidade inferior a 40 mil habitantes, não possui a Delegacia especial de atendimento à mulher (DEAM), e com isso precisa se deslocar a cidade vizinha para que seja efetuado o boletim no Núcleo da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (NUDEAM), e definitivamente torcer para que o processo discorra mais rápido e o agressor possa ser recluso.

Assim sendo, é pertinente pensarmos nas crianças que são violentamente doutrinadas em uma educação machista baseada no racismo, porque as consequências não recaem apenas na mãe/mulher, mas também na criança. Viver num ambiente hostil, dominado pelo medo, cercado por inúmeras agressões e xingamentos, contribuirão significativamente para que essa criança desenvolva grandes traumas e complexos psicológicos, como também drásticas mudanças em seu comportamento que faça com que ela seja agressiva com outras pessoas e reproduza a mesma conduta violenta, com bases racistas e deliberadamente influenciadas pela cultura machista a qual está acostumada.

Diante disso, a contingência dessa temática em ser retratada diante da sociedade é reafirmada com afinco, pois, tantos dados alarmantes especificados aqui, não podem ser menosprezados e em hipótese alguns esquecidos.

7 METODOLOGIA

Diante dos dados estatísticos e acadêmicos explicitados, é notório que a violência de gênero no Brasil vem alcançando proporções assustadoras. O que se iniciou no século XV com a escravidão racial, se perdurou ao longo das décadas e ganhou forças aterradoras, culminando com a vigência do racismo estrutural, machismo e a cultura patriarcal. As mulheres, principalmente negras, vivem em vigilância constante por conta desses fenômenos sociais. Muitos homens ainda acreditam na subserviência feminina, justificada pela ideia de sexo frágil. Nesse sentido, quando a companheira demonstra resistência para defender sua autonomia, é subjugada de maneiras incalculáveis e passa a viver num cenário aterrorizante dentro da própria residência.

Á vista disso, esse projeto de pesquisa está sendo feito com o intuito de ser desenvolvido junto a população feminina negra e periférica do município. Assim, a essência dessa pesquisa será qualitativa, porque ela possibilita um leque satisfatório de opções para a obtenção dos dados que serão coletados e a realização da pesquisa. Através dessa abordagem, a temática proposta poderá ser analisada de forma mais íntima e detalhista, pois a pesquisadora conseguirá observar o ponto de vista das pessoas envolvidas bem de perto, de forma a entender as particularidades precisas das partícipes da pesquisa. Com esse estudo, dez mulheres negras franciscanas serão entrevistadas. Elas poderão dialogar sobre o tema proposto espontaneamente com essa abordagem, e a pesquisadora poderá utilizar de sua criatividade para envolvê-las. Como ressalta Godoy (1995):

Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, mas características básicas identificam os estudos denominados qualitativos. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos. A abordagem qualitativa permite que a imaginação e a criatividade levem os

investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY, 1995, 21).

A técnica escolhida para a realização desse projeto foi a pesquisa etnográfica, juntamente com a observação participante e entrevistas semiestruturadas. Como possuo contato direto com mulheres negras vítimas da violência no município, o uso da etnografia é de fundamental importância porque ela visa descrever os acontecimentos detalhados e a forma de agir cotidiana de uma cultura ou determinado grupo (GODOY, 1995). Correlacionada com a etnografia, está a observação participante que busca justamente esse contato mais íntimo e prolongado com os envolvidos (a) de pesquisa, a fim de que a pesquisadora (o), possa observar as práticas culturais de dentro da comunidade ou grupo estudado.

Assim, será utilizada bibliografias referentes a problemática inquerida, a análise mais intimista com a etnografia e a observação participante nos grupos de apoio oferecidos pelo Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM), e entrevistas individualizadas com as mulheres negras que já sofreram/sofrem esse abuso na cidade. Dessa forma, a coleta de dados incluirá todas as abordagens citadas para a realização da pesquisa.

Essa temática nutre seu enfoque principal em mulheres negras e periféricas do município franciscano com faixa etária entre 17 e 25 anos, que são estudantes do ensino médio e superior, e seguem religiões distintas como o candomblé, catolicismo romano, evangelismo e o ateísmo. É muito importante elencar que a escolha dessas características em específico (Raça, classe social, faixa etária, escolaridade, raça e religião), se deve ao fato de que esse público em suma são os mais atingidos com a violência doméstica e familiar. As mulheres jovens, negras e periféricas estão em destaque em todas as estatísticas de violência sofrida, assédio e feminicídio no país, dessa forma, o aprofundamento nesse público é extremamente necessário. Como ressalta Odara e Bueno (2017):

Uma variável fundamental para compreendermos os altos índices de violência contra a mulher hoje: o racismo. Racismo este que se manifesta de forma dramática nos números de violência letal quando verificamos que as mulheres negras compõem 62% das vítimas de mortes por agressão. Mulheres negras foram as principais vítimas em todas as questões relacionadas a assédio no espaço público. Cerca de 43% das mulheres negras relataram que foram assediadas na rua, transporte público ou ambiente de trabalho, enquanto 35% das mulheres brancas afirmam que viveram este tipo de situação. Mulheres negras também foram mais abordadas agressivamente em festas e beijadas à força do que as mulheres brancas. Precisamos assumir que, sem uma discussão séria de raça, os índices contra as mulheres negras só aumentarão. (ODARA e BUENO, 2017)

Primeiramente, será feito o levantamento documental com bibliografias acadêmicas e literárias, notícias de jornais e dados oficiais que comprovem o avanço da violência no município para constituir o embasamento teórico.

Em seguida, irei mapear os casos comprovados de mulheres que sofrem/sofreram relacionamentos abusivos em SFC no Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM). Depois, após um diálogo, será verificada a disposição de dez mulheres em participar como sujeitos (a) da pesquisa, levando em conta desde o princípio todo o respeito e anonimato a identidade dessas colaboradoras, mostrando seriedade e principalmente ética profissional pelas questões íntimas e delicadas que estão sendo tratadas. Colocarei os objetivos e pretensões em evidência para que as participantes possam entender e confiar mais firmemente que é um trabalho totalmente sério e fidedigno ao seu posicionamento.

As informações dos sujeitos de pesquisa serão coletadas através de entrevistas semiestruturadas, seguidas de um diálogo informal com a ajuda de um roteiro e gravador para coleta de depoimentos, e observação participante nos grupos de apoio que o município oferece nos centros especializados de combate e prevenção a violência contra a mulher. As principais perguntas serão a respeito do comportamento anterior e posterior do parceiro na relação, como também o momento em que foram perceptíveis as ações abusivas no relacionamento. Dessa maneira, as identidades das co-autoras dessa pesquisa serão, por questões éticas, preservadas.

8 CRONOGRAMA DO PROJETO

Mês/ Anos 2022-2023	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Atividades desenvolvidas					
Revisão do referencial teórico	X				
Coleta de dados no CRAM		X			
Visita ao NUDEAM			X		
Acompanhamento ao grupo de apoio no CRAM				X	
Montagem do roteiro para a entrevista					X
Realização das entrevistas individuais					X
Finalização da pesquisa e resultados					X
Defesa do projeto					X

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Itana. **Mais de 180 mulheres foram mortas na BA em 2020: “É preciso entendimento social para mudar esses dados”, diz pesquisadora.** Portal Geledés. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mais-de-180-mulheres-foram-mortas-na-ba-em-2020-e-preciso-entendimento-social-para-mudar-esses-dados-diz-pesquisadora/> Acesso em: 02 fev 2022.
- ALMEIDA, Elídio. Amor Doentio: **Qual o limite para manter um relacionamento?**. elidioalmeida. Salvador-BA. 2021. Disponível em: <https://elidioalmeida.com.br/blog/amor-obsessivo-qual-o-limite-para-manter-um-relacionamento-2/>. Acesso em: 25 jan 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/ALMEIDA-2019.-O-QUE-%C3%89-RACISMO-ESTRUTURAL>. Acesso em: 16 novembro 2021.
- BARRETTO, Raquel. **Psicóloga explica relacionamentos abusivos: o que é e como lidar com essa situação.** 2015 Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://reporterunesp.jor.br/2015/08/20/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/&ved=2ahUKEwiA4Me1rJvAhUdLLkGHT-DD2wQFjABegQIDhAF&usg=> Acesso em: 22 março 2019.
- CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P.. . **Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil.** Curitiba: Appris, 2018.
- CARVALHO, N.M.C. **Perfil psicológico das mulheres vítimas de violência doméstica e suas repercussões.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense e da Transgressão) - Cooperativa De Ensino Superior Politécnico E Universitário, Portugal, 60 p, 2010.
- CERVO, Amado L.; BERVIAB, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- DA SILVA, Rafael Pereira. **Trauma Cultural e sofrimento social: Do banzo às consequências psicológicas do racismo para o negro.** 2017.
- D' ÁVILA; **Relações de gênero no cotidiano familiar.** 2016. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_47.pdf&ved=2ahUKEwiR3arioJvhAhUEA9QKHWO0CtcQFjAEegQIAxAB&usg=. Acesso em: 24 março 2019.
- DIAS, Maria da Graça Andrade. **Memórias e Existências [manuscrito]: identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia.**/ Maria da Graça Andrade Dias. Minas Gerais. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A6QP6H/1/ppgarquiteturaurbanismo_mariagraacaandradedias_tesedoutorado_v1.pdf. Acesso em: 18 dez 2021.

GONZAGA, Paulo. **Os impactos da masculinidade hegemônica e do racismo na função paterna**. Negrê. 2020. Disponível em: <https://negre.com.br/os-impactos-da-masculinidade-hegemonica-e-do-racismo-na-funcao-paterna/>. Acesso em: 23 jan 2022.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Munster: Um Verlag, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>. Acesso em 04 fev 2022.

GLEASON, W.J. **Mental disorders in battered women: Na emoirical study. Violence and Victims**, 8, 53-68, 1993.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução á pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2,p.57-63, 1995.

São Francisco do Conde História e Fotos. Portal IBGE Cidades. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/historico#:~:text=O%20nome%20homenageia%20o%20padroeiro,dos%20rios%20Paragua%C3%A7u%20e%20Jaguaribe>. Acesso em: 04 fev 2022.

MELO, Alexandre de. **Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres**. São Paulo: Associação Nova Escola. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3522/os-fatos-historicos-que-marcaram-as-conquistas-das-mulheres#:~:text=Na%20primeira%20fase%2C%20entre%20o,conquistam%20o%20direito%20de%20votar.&text=Em%201985%2C%20foi%20criada%20a,para%20viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20ou%20familiar>. Acesso em: 19 dez 2021.

MENDES, ZDR; NOGUEIRA, W.D.A; DIAS, J.F.; SOUZA, C.D.A.; ALMEIDA, M.S.P.D.; SILVEIRA, H.F.D.; JÚNIOR, H.L.R. **Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Abordagem no Núcleo da Delegacia em Atendimento á Mulher de um Município do Estado da Bahia**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000300027 . Acesso em: 22 março 2019.

MOURA ,Clóvis. **Sociologia do Negro Brasleiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MORENO, Sayonara. **Cidade mais negra da África, Salvador completa 467 anos**. Salvador: Agência Brasil, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa>. Acesso em: 17 dez 2021.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil - Nova Edição: identidade nacional versus identidade negra**. São Paulo: Autêntica, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. São Paulo: Perspectiva., 2019.
No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência. **Jornal Nacional**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 23 jan 2022.

ODARA, Malofane; BUENO, Samira. **Violências invisíveis: dados sobre a violência contra a mulher negra**. Portal Geledés. São Paulo-SP. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencias-invisiveis-dados-sobre-violencia-contra-mulher->

